

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Servidor pode converter tempo especial, decide STJ.....3

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE
SEGURIDADE SOCIAL

Profissionais "invisíveis" da saúde relatam desgaste e esgotamento.....4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

Supremo julga discussões previdenciárias bilionárias.....7

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mensagens de Bolsonaro ao Congresso contêm série de promessas frustradas.....8

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

A grande revolução do cano enterrado (Editorial).....11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Apreensão nos mercados.....13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Isenção para estrangeiros.....14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

É preciso proteger população da guerra.....15

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Rússia sob sanção (Editorial).....16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A função do lucro da Petrobras (Editorial).....17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Como abrir o Brasil ao exterior?.....18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estrangeiro ficará livre de IR para títulos privados.....19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CAPA
ECONOMIA

Efeitos da guerra chegarão à mesa e ao bolso de brasileiros.....20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
ECONOMIA

Preços da comida em disparada.....21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Guerra invade a pauta do Congresso.....24

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Economia brasileira entre a cruz e a espada (Artigo) 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Guerra da Ucrânia petróleo tem maior alta em 7 anos 28

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

"Inflação no Brasil pode chegar a 6%" 29

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

FMI e Banco Mundial se mobilizam para oferecer empréstimo bilionário 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Governo planeja "benesses em série em meio a incertezas" 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

PIB deve ter crescido 4,5% em 2021 com ritmo em alta no fim do ano 32

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Rússia e Brasil são decepção, diz O'Neill 33

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Juros e commodities amparam ativo local 34

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
POLÍTICA

Pontes entra na lista de ministros que deixarão governo 35

Servidor pode converter tempo especial, decide STJ

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu que funcionários públicos que trabalham em atividades insalubres ou com periculosidade podem converter o tempo de serviço especial em comum para a aposentadoria. A conversão só é permitida para períodos trabalhados até novembro de 2019, início da reforma da Previdência.

A Segunda Turma do Tribunal julgou, na quinta (24), o caso de uma servidora que pediu para utilizar o período em que trabalhou como comissionada, vinculada ao Regime Geral da **Previdência Social**, no cálculo da aposentadoria do regime próprio.

A decisão segue entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) e deve beneficiar enfermeiros, médicos e dentistas, dizem especialistas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49837&anchor=6451101&pd=b050348485e7e6ebef922c1a427f9a42>

Profissionais "invisíveis" da saúde relatam desgaste e esgotamento



Enterro de vítima de Covid-19 em cemitério na zona sul paulistana. Lalo de Almeida - 24.mar.21/Folhapress

Cláudia Collucci são paulo

Técnicos de enfermagem, agentes de saúde da família, maqueiros, condutores de ambulância, pessoal da limpeza, da cozinha e da manutenção, sepultadores. Essenciais nos serviços de saúde e presentes na linha de frente da pandemia, 80% desses trabalhadores de níveis técnico e auxiliar relatam desgaste profissional relacionado ao estresse psicológico, ansiedade e esgotamento mental.

No maior estudo já realizado para avaliar a saúde mental e as condições de trabalho dos considerados "invisíveis" da saúde, pesquisadores da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) mostram que a rotina da maioria deles está marcada por desigualdades sociais, sobrecarga de trabalho, ausência de direitos trabalhistas e preconceitos.

A pesquisa OUVÍU21.480 trabalhadores das redes de saúde pública, privada e filantrópica, de 2.395 cidades de todas as regiões do país. O contingente é formado majoritariamente por mulheres (72,5%), pretos ou pardos (59%), sendo que 32,9% deles têm até 35 anos e outros 50,3%, até 50.

Um quarto (23,9%) desses profissionais já tem comorbidades importantes: 32%, hipertensão; 15% obesidade; 13% doenças pulmonares; 12%, depressão; e 10%, diabetes.

Segundo a socióloga Maria Helena Machado, pesquisadora da Fiocruz e coordenadora do trabalho, o estudo revela que esses trabalhadores, que somam perto de 2 milhões do país, são vítimas de discriminação social dentro da hierarquia dos serviços

de saúde e que é preciso que os gestores de saúde olhem para eles.

"Eles vivem em situação de sofrimento. Dormem mal, comem mal. Falta salário, infra-estrutura, condições mínimas de trabalho. Atuam em ambientes insalubres, muitos não têm acesso a EPIs [Equipamentos de Proteção Individual] recomendados ou, quando têm, são de baixa qualidade ou usados fora dos protocolos", diz a pesquisadora.

"Alguns afirmam que já tiveram que comprar álcool, máscara, com recursos próprios. Outros nunca tinham usado uma máscara N95." De acordo com o estudo, na pandemia, a jornada de trabalho se tomou ainda mais pesada. Para a grande maioria (85,5%), chegou a até 60 horas semanais. "Eles tiveram que substituir colegas afastados ou que faleceram. Muitos viram os colegas morrerem e, mesmo assim, trabalharam adoecidos com medo de não receber o salário", explica Machado.

Segundo a pesquisadora, muitos desses profissionais não têm vínculos com as instituições de saúde que garantam direitos trabalhistas. "São considerados autônomos, mas não têm o lastro social dos médicos, dos enfermeiros, que os permitam trabalhar em um ou dois lugares da área da saúde." Pouco mais de um quarto dos trabalhadores (25,6%) necessita fazer bicos para sobreviver porque ganha entre um e dois salários-mínimos. "Depois que tiram o uniforme da área da saúde, eles se tornam serventes de pedreiro, segurança, porteiro, motorista de aplicativo, babá, faxineira", diz Machado.

Os resultados mostram que 53% dos "invisíveis" da saúde não se sentem protegidos contra a Covid-19 no trabalho. O medo generalizado de se contaminar (23,1%), a falta, escassez e inadequação do uso de EPIs (22,4%) e a ausência de estruturas necessárias para efetuar o trabalho (12,7%) foram citados como os principais motivos de desproteção.

Um condutor de ambulância ouvido na pesquisa conta, por exemplo, que é obrigado a usar uma única máscara de proteção durante dois ou três dias, quando o protocolo recomenda que seja trocada de duas em duas horas.

Ele relata que o risco físico se mostra maior ainda por

ter de pegar as macas sozinho, sem a ajuda que tinha antes.

Para 54,4% dos trabalhadores ouvidos na pesquisa, houve também negligência na capacitação sobre os processos da Covid-19 e dos procedimentos e protocolos necessários para o uso de EPIs.

Segundo a pesquisadora, 70% reclamam da falta de apoio institucional e 35,5% relatam ter sofrido violência ou discriminação durante a crise sanitária: 36,2% no ambiente de trabalho; 32,4% na vizinhança; e 31,5% no trajeto casa-trabalho-casa.

Machado lembra que esses trabalhadores também não foram priorizados na vacinação contra a Covid. "A vacinação aconteceu muito depois para os maqueiros dos hospitais, o pessoal da faxina, da limpeza, da desinfecção, os agentes de saúde da família. Algumas categorias tiveram que entrar com mandados de segurança para receber a vacina porque não eram consideradas da saúde e muito menos essenciais." Os resultados da pesquisa foram apresentados em uma live na noite da última quinta (23) às duas maiores confederações representativas dos trabalhadores da saúde pública e privada, a CNTSS e CNTS.

Para Benedito Augusto, presidente da CNTSS (Confederação Nacional dos Trabalhadores em **Seguridade Social**), a pesquisa chama a atenção para o recorte raça e gênero dos trabalhadores. "Temos a senzala da saúde [com mulheres pretas sendo a maioria desse contingente]. Essa pesquisa mostra a cara e a alma das condições de trabalho da saúde no país." Augusto diz que, em conversas com trabalhadores paulistas sobre as condições de trabalho na pandemia, não foi reivindicação salarial a principal demanda. "Eles tinham medo de morrer, de levar a morte para casa. Essas pessoas se sentem desumanizadas, querem ser enxergadas na sua cidadania." Para Valdirlei Castagna, presidente da CNTS (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde), os gestores de saúde, os parlamentares e o setor empresarial precisam proteger os profissionais mais vulneráveis e olhar com mais sensibilidade para as reivindicações históricas da categoria.

Ele afirma que a pesquisa apontou práticas, como a hierarquização no uso de EPIs, que são inconcebíveis. "Algumas categorias usam EPIs melhores que as outras. Não dá para ser dessa forma. É um direito de todos independentemente da função." Para Castagna, embora a pandemia tenha trazido mais visibilidade e reconhecimento da população aos trabalhadores da saúde, é preciso que isso se traduza em atos concretos e objetivos.

Na percepção de muitos trabalhadores da saúde

ouvidos na pesquisa, o sentimento é de que não houve um reconhecimento do trabalho durante a crise sanitária por parte dos gestores de saúde.

"A maior lição que eu tirei desta pandemia foi que o momento em mais deveríamos ter suporte profissional foi o momento em que mais fomos explorados", afirmou um dos sepultadores entrevistados.

"Eles tiveram que substituir colegas afastados ou que faleceram [na pandemia]. Muitos viram os colegas morrerem e, mesmo assim, trabalharam adoecidos com medo de não receber o salário" Maria Helena Machado pesquisadora da Fiocruz e coordenadora do estudo

Enterro de vítima de Covid-19 em cemitério na zona sul paulistana

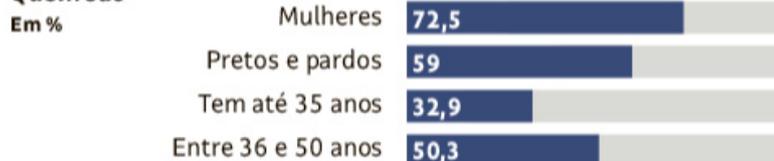
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49837>

Condições de trabalho e saúde mental dos trabalhadores 'invisíveis' da saúde

Pesquisa da Fiocruz mapeou situação de técnicos e auxiliares

Quem são



23,9% têm comorbidade



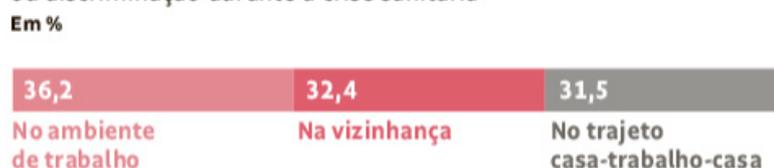
Onde e como trabalham



Ambiente de trabalho



35,5% relatam ter sofrido violência ou discriminação durante a crise sanitária



Fonte: Pesquisa da Fiocruz "Os trabalhadores invisíveis da saúde: condições de trabalho e saúde mental no contexto da Covid-19 no Brasil"

Supremo julga discussões previdenciárias bilionárias

Beatriz Olivon De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187152?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187152?page=1§ion=1

Mensagens de Bolsonaro ao Congresso contêm série de promessas frustradas



Sessão especial do Congresso na qual mensagem do presidente Jair Bolsonaro foi entregue, em fevereiro J.Batista - 2.fev.22/Câmara dos Deputados

Ranier Bragon Brasília

O presidente Jair Bolsonaro (PL) distorceu informações, acentuou o tom ideológico de sua gestão e fez uma coletânea de promessas que ficaram pelo caminho nas quatro mensagens que, por lei, enviou ao Congresso em seu mandato.

Para além do relato de medidas adotadas em diferentes áreas e que devem ser entregues todos os anos a deputados e senadores, os documentos produzidos por seu governo são iniciados, como é praxe, por um texto lido pelo presidente ou por um representante na sessão anual de abertura dos trabalhos legislativos.

Nessas quatro introduções, de fevereiro de 2019, 2020, 2021 e 2022, Bolsonaro elencou o que considera feitos de sua gestão e atacou o PT em apartes ao que foi escrito por auxiliares.

Com um mês de mandato, Bolsonaro encaminhou o seu texto mais virulento aos deputados e senadores.

Como se recuperava de uma das cirurgias que fez em decorrência do atentado que sofreu durante a campanha de 2018, coube ao ministro Onyx Lorenzoni, então na Casa Civil, comparecer à solenidade representando o chefe.

Em linhas gerais, o discurso assinado por Bolsonaro

dizia que o país havia sido sequestrado cultural e politicamente e que o combate à miséria se limitava à maquiagem de dados.

A criminalidade, cujo combate foi um dos pontos altos de sua campanha, ganhava um destaque no documento que jamais teria nos três anos seguintes. "O governo brasileiro declara guerra ao crime organizado. Guerra moral, guerra jurídica, guerra de combate. Não temos pena e nem medo de criminoso", afirmava.

Estava presente na solenidade o então ministro da Justiça Sérgio Moro, padrinho da mais vistosa tentativa do governo federal de agir diretamente na questão da segurança pública -atribuição que cabe, prioritariamente, aos governos estaduais.

O "Em Frente Brasil" foi lançado em 29 de agosto de 2019 por Bolsonaro e Moro, em solenidade no Palácio do Planalto que contou com a presença de quase todos os ministros. Ele prometia promover em poucos meses um choque de segurança em cinco cidades escolhidas com base nos altos índices de criminalidade -Goiânia (GO), Ananindeua (PA), Cariacica (ES), Paulista (PE) e São José dos Pinhais (PR).

Um ano e oito meses após seu lançamento e em meio a um esvaziamento político promovido por Bolsonaro, o programa terminou seu teste com resultados decepcionantes: atrasos, adiamentos, restrição orçamentária e estrutural e ausência de indicativos de que tenha nem sequer chegado perto de atingir seu objetivo, o de promover redução substancial dos homicídios nas cinco cidades testadas.

Moro acabou demitido no meio do caminho, em abril de 2020, por desgastes com Bolsonaro e acusando o chefe de tentar interferir na Polícia Federal com interesses escusos.

Ainda na primeira mensagem ao Congresso de sua gestão, Bolsonaro afirmava que a fiscalização de crimes ambientais havia se tornado "bandeira ideológica, prejudicando quem produz e quem preserva" -segundo ele, as mesmas pessoas-, em um indicativo do que estaria por vir, o desmonte dos setores de preservação e fiscalização, o que coincidiu com recordes negativos na área ambiental.

Após pressão interna e externa, o discurso apresentado na última mensagem do mandato, o de fevereiro deste ano, traz afirmação de tom completamente diverso: o de que o combate ao desmata-mento ilegal e às queimadas é pauta prioritária do seu governo, apesar da coleção de dados negativos.

Na economia, o primeiro discurso era de "mais Brasil, menos Brasília", com foco na aprovação da reforma da Previdência, o que ocorreria ainda naquele ano, mas graças em grande parte à liderança do então presidente da Câmara, Rodrigo Maia (RJ), e sem a ideia de capitalização defendida por Paulo Guedes (Economia).

Bolsonaro destacava ainda que faria esforços para resgatar a qualidade da educação, pontuando que sua equipe ministerial era composta de técnicos altamente qualificados. "Um time de ponta!" como consta do texto.

Ricardo Vélez Rodríguez, o ministro da Educação, foi demitido por Bolsonaro dois meses depois da leitura da mensagem a deputados e senadores, após uma curta gestão de marcada por trocas de secretários e paralisia.

Seu sucessor, o economista Abraham Weintraub, durou 14 meses no cargo, em uma gestão coroada por controvérsias, insultos disparados contra os mais variados alvos, anúncio de projetos que não andaram, derrotas no Congresso, ausência de diálogo com redes de ensino e falta de liderança nos rumos das políticas públicas da área.

Além de Moro, dois outros ministros presentes na solenidade de 2019 seriam defenestrados nos meses seguintes, após divergências com a família Bolsonaro: Gustavo Bebianno (Secretária-Geral) e Santos Cruz (governo).

Em 2020, o segundo ano da gestão, Bolsonaro também mandou Onyx representá-lo. Na mensagem a deputados e senadores, o presidente disse que o viés ideológico havia deixado de existir nas relações internacionais, ignorando completamente o acentuado viés ideológico na área comandada por Ernesto Araújo e sob forte influência de um de seus filhos, o deputado federal Eduardo Bolsonaro.

O presidente da República foi pessoalmente ao Congresso entregar a mensagem somente em fevereiro de 2021, ocasião em que já havia se aliado ao outrora execrado centrão, grupo político que passou a ser a sua principal base de sustentação parlamentar.

Na ocasião, enfrentou um protesto de deputadas do PSOL, principalmente, que gritaram as palavras "genocida" e "fascista" momentos antes de ele começar a leitura do texto. "N os vemos em 22", respondeu o presidente.

Entre suas propostas, destacou as privatizações e as reformas administrativa e tributária, que ainda não saíram do papel No último dia 2, Bolsonaro entregou sua última mensagem, também pessoalmente.

Mais uma vez recorrendo ao mote de que atuou na pandemia para "salvar vidas e proteger empregos", leu só um parágrafo de prioridades legislativas: a reforma tributária, a portabilidade da conta de luz (que está com tramitação atrasada), e novo marco legal das garantias (setor imobiliário).

De improviso, fez críticas indiretas ao ex-presidente Lula, dizendo que não irá propor a regulação de meios de comunicação, ideia indicada pelo rival.

Governo Bolsonaro, segundo mensagens enviadas ao Congresso

Ano 1,2019, um mês de governo

RESUMOS DA MENSAGENS

O PT assaltou o Estado, guerra total à criminalidade, reforma da Previdência e retomada da qualidade da educação

Ano 2,2020, um ano e um mês de governo

Fim do viés ideológico nas relações externas, **reforma tributária**, privatizações e equilíbrio das contas públicas

Ano 3,2021, dois anos e um mês de governo

Salvar vidas na pandemia com preservação de empregos, **reforma tributária**, administrativa e privatizações

Ano 4,2022, três anos e um mês de governo

Salvar vidas com preservação de empregos e apenas 1 parágrafo de prioridades legislativas, entre elas a **reforma tributária**

* A Constituição estabelece que compete ao presidente remeter mensagem e plano de governo ao Congresso na abertura da sessão legislativa, "expondo a situação do país e solicitando as providências que julgar necessárias"

Sessão especial do Congresso na qual mensagem do presidente Jair Bolsonaro foi entregue, em fevereiro

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

37

A grande revolução do cano enterrado (Editorial)

É um velho refrão que "cano enterrado não dá voto".

Analogamente, as instituições civis dedicadas ao saneamento sabem que ele não traz popularidade. Mas aqueles que trabalharam pelo novo Marco do Saneamento podem se regozijar por serem protagonistas daquela que pode ser a maior revolução social da história do Brasil.

Cerca de 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água potável, quase 100 milhões não têm coleta de esgoto e 4,4 milhões, sem nenhum esgoto, são obrigados a defecar a céu aberto. Além da ofensa à dignidade humana, isso acarreta imensos problemas ambientais, sanitários e econômicos. A calamidade estarrece não só pelo seu tamanho, mas pela sua resiliência. Os números são praticamente os mesmos há anos.

Em 2014, o Plano Nacional de Saneamento estabeleceu a universalização do abastecimento de água até 2023 e a da rede de esgoto até 2033, com investimentos de R\$ 25 bilhões anuais. Na última década, a média de investimentos ficou em metade disso. Nesse ritmo a universalização só seria atingida em 2060. Para piorar, não só os investimentos vinham caindo (entre 2014 e 2018 a redução foi de 12,3%), como o cálculo parece defasado: especialistas apontam a necessidade de investir entre R\$ 30 bilhões e R\$ 60 bilhões ao ano.

A Constituição determinou que os serviços públicos fossem precedidos de licitação e proibiu o tratamento privilegiado às estatais. Mas, ao contrário de áreas como energia, transporte e telecomunicações, o saneamento ainda agonizava entre regras retrógradas. As companhias estaduais operam sem capacidade de investimento. As parcerias público-privadas, mesmo respondendo por 20% dos investimentos, representam só 6% do mercado.

O novo Marco, aprovado em 2020, centralizou a regulação na esfera federal da Agência Nacional de Águas (ANA), promovendo a uniformização das normas pulverizadas entre milhares de municípios, e exigiu licitação e adesão a metas para os contratos. Com isso garantiu segurança jurídica e competitividade ao setor, ajudando a atrair investimentos e promover a eficiência. Além disso, previu a montagem de blocos regionais, combinando

localidades rentáveis e deficitárias, de maneira a permitir que as primeiras compensem as carências técnicas e financeiras das últimas.

Os resultados já se fazem sentir. Em 2021, os megacidades em grandes cidades elevaram em 15% os investimentos.

Entre 2022 e 2023, a expectativa é de que as 23 licitações previstas (12 em cidades pequenas) aumentem os investimentos em 18%.

O saneamento não é só um imperativo moral, mas econômico. Estima-se que cada R\$ 1 gere um retorno de até R\$ 4 entre redução de gastos com saúde, aumento da produtividade, valorização imobiliária ou receitas do turismo.

A solução para a calamidade sanitária e econômica precipitada pela pandemia passa em boa medida pelo saneamento.

Ele melhorará as condições sanitárias da população e é o setor de infraestrutura com maior perspectiva de investimentos.

Entre os desafios ainda estão uma regulação equilibrada por parte da ANA; uma **reforma tributária** que aumente a capacidade de arrecadação e investimento municipal; e um plano de ação da União que priorize investimentos em municípios mais precários.

Mais do que tudo, é preciso uma revolução na consciência pública. Nenhum setor expõe com tanta crueldade a desigualdade do País e todo progresso econômico será ilusório enquanto as pessoas não tiverem acesso à água e esgoto.

Políticos confortáveis com o adágio "cano enterrado não dá voto" deveriam ter sua ambição à vida pública morta e enterrada. Mas para isso a população precisa se conscientizar. Uma pesquisa da Kimberly-Clark revelou que entre os 10 problemas que mais preocupam os entrevistados o saneamento está em 9.º lugar, e 70% subestimam o problema.

O Marco do Saneamento foi só o primeiro passo rumo à universalização. A defasagem é profunda, os desafios são enormes, mas tudo indica que,

literalmente sob nossos pés, a grande revolução já começou. Para que seja consumada, será necessária a mobilização de todos.

Basta de tolerar o intolerável.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Apreensão nos mercados



Todas as atenções estão voltadas para a abertura dos mercados financeiros no Brasil. Por causa do feriado de carnaval, nem a Bolsa de Valores de São Paulo nem o câmbio refletiram os últimos dias da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e, sobretudo, as pesadas sanções econômicas impostas pelo Ocidente ao país de Vladimir Putin.

No exterior, os investidores estão movidos pelo pessimismo. No Brasil, as opiniões sobre os rumos das negociações estão divididas. Analistas acreditam que é possível que algumas ações tenham algum ganho, como as de empresas exportadoras de commodities, por conta do fluxo de estrangeiros procurando esse tipo de papel, que está barato em dólares no Brasil. Contudo, reconhecem que esse movimento não deve ser prolongado, devido ao aumento das tensões no exterior e da expectativa de alta dos juros nos Estados Unidos? que fazem o capital buscar ativos em mercados mais seguros do que os emergentes.

Nesse cenário, a expectativa é de que ações de empresas como Petrobras e Vale se valorizem hoje, seguindo a tendência vista nos American Depositary Receipts (ADRs) dessas companhias em Nova York ontem. "A alta das commodities afeta o bolso do mundo, infelizmente, mas acho que Vale e Petrobras serão momentaneamente beneficiadas", afirmou Alexandre Espirito Santo, economista-chefe da Órama.

Mas é preciso cautela, sobretudo entre os pequenos investidores, pois não é o momento de aplicar na Bolsa, que deverá oscilar muito não apenas nesta semana, mas ao longo do ano, devido às incertezas das eleições no Brasil e aos movimentos internacionais. "Há muita incerteza e o mercado de ações tende a ficar volátil em ano de eleição e, com a

guerra, não é um investimento recomendável neste momento. O risco é muito alto", afirmou o consultor Roberto Luis Troster, ex-economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Dólar muda de rota

Em Nova York, o Índice Dow Jones fechou, ontem, com queda de 1,765% e a bolsa tecnológica Nasdaq recuou 1,59%. O EWZ, índice de ações brasileiras em Wall Street, andou de lado e encerrou com variação positiva de 0,03%. Na Europa, os mercados também fecharam no vermelho. Londres, por exemplo, recuou 0,42%, com as ações da British Petroleum tombando quase 4% após a companhia anunciar que sairá da participação de 20% na petrolífera russa Rosneft. A Bolsa de Moscou ficou fechada pelo segundo dia seguido, enquanto o rublo chegou a valer um centavo de dólar.

No Brasil, analistas reconhecem que será difícil para o dólar voltar a ficar abaixo de R\$ 5, não apenas por conta do aumento das incertezas trazidas pela guerra na Ucrânia e pelas sanções econômicas à Rússia, mas também por conta das eleições, da desconfiança na política fiscal do governo Jair Bolsonaro (PL) e das tentativas de redução de **impostos** em meio a um ambiente ainda muito incerto para a atividade econômica.

Apesar de o Banco Central ter sinalizado que poderá usar parte das reservas internacionais para conter a alta em caso de extrema tensão no câmbio, analistas acreditam que a alta dos preços das commodities e o fluxo de capital estrangeiro ao país podem ajudar o BC a evitar uma forte desvalorização do real frente à divisa norte-americana.

Conforme dados do Banco Central, no último dia 24, as reservas internacionais do Brasil somavam US\$ 357,7 bilhões, dado US\$ 4,5 bilhões abaixo dos US\$ 362,2 bilhões registrados no último dia de 2021. (R.H.)

Isenção para estrangeiros



Fernanda Strickland

O governo pretende isentar de Imposto de Renda os ganhos dos investidores estrangeiros obtidos nas aplicações em títulos emitidos por empresas brasileiras. Hoje em dia, eles pagam imposto de 15% sobre rendimentos de capital nessas operações, mas estão isentos nos investimentos feitos no mercado de ações e na dívida pública federal.

A confirmação da medida foi feita pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em Nova York, nos Estados Unidos, onde ele participava de reuniões com investidores. Hoje, desembarca em Miami. A isenção do imposto foi confirmada nesses encontros, e, segundo ele, será oficializada quando voltar de viagem. O ministro tem aproveitado a estadia nos EUA York para tratar da agenda de investimentos no Brasil.

O benefício a estrangeiros mostra a preocupação do ministro com a possibilidade de o país perder investimentos devido à guerra entre Rússia e Ucrânia. Segundo Guedes, a expectativa é que a medida aumente o apetite de investidores estrangeiros sobre títulos brasileiros. Segundo interlocutores do titular da Economia, a isenção para estrangeiros fará parte do pacote de estímulos à economia que o governo promete anunciar nos próximos dias. O pacote inclui um programa de crédito, no valor de R\$ 100 bilhões para as micro e pequenas empresas e uma nova rodada de saques do FGTS pelos trabalhadores, no limite de R\$ 1.000 por conta.

De acordo com integrantes da área econômica, a isenção de IR para investimentos estrangeiros em

títulos privados terá impacto de R\$ 450 milhões por ano nas contas do governo. Os técnicos buscam uma forma de compensação tributária, como exige a Lei de Responsabilidade Fiscal. No momento, o assunto está em discussão na Casa Civil.

"Más maneiras"

Na Brazilian American Chamber of Commerce, em Nova York, Guedes falou a uma plateia de cerca de 40 pessoas, formada por empresários e representantes do mercado financeiro, por cerca de duas horas. Segundo ele, as pessoas no exterior podem estar mal-informadas sobre a situação atual do Brasil. Destacou números positivos do país, como a queda da taxa de desemprego para 11,6%, e voltou a dizer que a **inflação** deve ser controlada este ano.

"No Brasil, a **inflação** era de 3% - antes da pandemia - e chegou a 10%. Já vivemos com 5.000%. Então, 10% para nós é brincadeira de criança. Vai ser coisa de seis meses, nove meses, e acaba. Mas não aqui (nos EUA). A **inflação** está esperando vocês na esquina", disse.

Guedes avaliou ainda que a crise brasileira atual, como o desemprego e a perda de renda, é fruto de governos passados, que gastaram muito dinheiro público e sufocaram o empreendedorismo por excesso de regras e **impostos**. "Não é o Bolsonaro que destruiu o Brasil. O país vem sendo destruído há 40 anos", afirmou. "Ele tem más maneiras, mas é um cara legal", disse, em inglês.

É preciso proteger população da guerra

Correio Braziliense

O presidente Jair Bolsonaro tem razão em afirmar que precisamos da paz para que os preços dos combustíveis não subam no Brasil, mas erra ao generalizar. O mundo precisa da paz, antes de tudo, para que vidas sejam poupadas das hostilidades. Quanto ao preço dos combustíveis, eles não necessariamente recuarão com o fim dos conflitos, porque as sanções impostas à Rússia serão mantidas e o país é o terceiro maior produtor mundial, com extração diária de cerca de 10 milhões de barris.

Mesmo sem sanções específicas ao setor de petróleo, a produção russa deve cair por contingências financeiras e logísticas, impactando preços no mercado internacional. A cotação do tipo Brent supera os US\$ 100 por barril no mar do Norte, contra US\$ 77,78 em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 28%. A perdurarem essas cotações, a Petrobras terá de reajustar os preços do diesel e da gasolina, seguindo a política de paridade de preços que leva em conta ainda o dólar, que inverteu a tendência de queda e deve continuar em alta.

Nesse contexto, será preciso mais para que o Brasil não sofra com as pressões de preços no mercado internacional e os brasileiros não vejam o litro da gasolina encostar em R\$ 10. Mais uma vez, é preciso que se insista na necessidade de uma solução estrutural para o valor dos combustíveis no mercado brasileiro. O governo pretende reduzir impostos sobre os combustíveis e aposta em projetos no Congresso que vão no mesmo sentido, cortando tributos federais e estaduais. Esses cortes têm efeito limitado diante de uma perspectiva de preços crescentes do petróleo no mercado internacional e podem ser anulados rapidamente caso a cotação do barril chegue a US\$ 120 ou mesmo US\$ 150, o que não é descartado hoje.

Corte de impostos significa redução de recursos na União e nos estados, sendo que, nas finanças estaduais, o impacto é mais significativo, principalmente considerando que o Planalto já cortou em até 25% o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com queda na arrecadação de recursos que têm que ser divididos com os estados. Ou seja, chamou os entes federados para participar da bonança em ano eleitoral. É preciso considerar ainda que redução de impostos federais pode levar ao aumento da dívida pública.

Na conjuntura atual de escalada de preços do petróleo

e desvalorização do real, que levaram a Petrobras a um lucro recorde de R\$ 106,7 bilhões, é necessário considerar que os acionistas continuem usufruindo da eficiência da petrolífera brasileira, mas que, para isso, não só brasileiros sejam apenas punidos com combustíveis mais caros nos postos de abastecimento.

Com o resultado da estatal, o governo federal, como acionista majoritário, vai receber R\$ 37,3 bilhões em dividendos, dinheiro suficiente para a constituição de uma conta de estabilização de preços, incorporada ao projeto de lei que muda a política de preço dos combustíveis, em discussão no Congresso Nacional. Esse fundo pode contar ainda com parte dos R\$ 202,9 bilhões pagos em impostos pela estatal do petróleo no ano passado.

A conta de compensação, ou fundo de estabilização, é um mecanismo que permite reduzir a necessidade de reajustes dos combustíveis em curto espaço de tempo e é retroalimentado pelos resultados positivos da petrolífera, não significando, portanto, interferência nos preços da estatal ou na receita de estados. É obrigação do governo minimizar para os brasileiros os impactos de uma guerra travada a milhares de quilômetros de distância.

Desejar a paz é exigência humana, enquanto ações para equacionar o problema dos preços dos combustíveis carecem de atitudes concretas. E nunca é demais lembrar que a Petrobras é fruto de investimentos, tecnologia e esforços brasileiros, num processo iniciado no fim da década de 1940 com a campanha "O petróleo é nosso".

Rússia sob sanção (Editorial)

Sanções econômicas dificilmente derrubam regimes ou mesmo autocratas de turno. As retaliações e o isolamento **impostos** a Coreia do Norte, Cuba, Irã ou Venezuela são exemplos notórios do impacto limitado desse tipo de instrumento de conflito ou punição.

Acreditar que as medidas contra a economia da Rússia possam colocar em perigo iminente o poder de Vladimir Putin é especular contra as probabilidades conhecidas, pois. De resto, parece haver pouco conhecimento acerca do esquema de sustentação do líder russo.

Está evidente, entretanto, o efeito imediato das sanções na economia do país. Os danos serão tanto maiores quanto mais tempo durarem o conflito e as retaliações.

De pronto, a Rússia foi submetida a uma crise de pagamentos externos. O país ficou sem acesso a parte de suas reservas em moeda forte, por decisão de Estados Unidos, União Europeia e aliados.

As autoridades econômicas russas, portanto, têm de lidar com uma crise de confiança ampliada por essa nova restrição, mas com meios reduzidos de fazê-lo.

É difícil evitar uma desvalorização aguda do rublo, o que vai provocar mais **inflação**. A fim de combater a carestia e o descrédito na moeda, nos bancos e nos títulos de dívida, elevam-se brutalmente as taxas de juros. Tal aperto monetário contribuirá para desaceleração ainda maior da economia.

Os maiores bancos russos foram banidos dos mercados americano e europeu e do sistema principal de pagamentos internacionais. A medida dificulta a realização de negócios, elevando riscos e custos.

Além do mais, empresas e bancos ocidentais temem punições de seus países por burlar as sanções, inadvertidamente. Temem ainda o risco de inadimplência da contraparte russa, sujeita à escassez de moeda forte ou outros óbices.

Assim, cancelam-se operações, o que afeta até o comércio de petróleo ou de grãos, que não foi objeto direto de retaliações. Grandes fretadoras de navios mercantes do mundo evitarão atracar nos portos russos; companhias ocidentais rompem parcerias ou desinvestem no gigante da Eurásia.

O país pode perder até sua fonte restante e contínua

de recursos, as exportações, que colocam no azul seu balanço de pagamentos, que lhe rendeu US\$ 21 bilhões em janeiro deste 2022 e US\$ 120 bilhões em todo o ano passado.

No médio prazo, a escassez de recursos externos e as restrições a compras de alta tecnologia ocidental vão estrangular ainda mais a atividade econômica.

Sem solução ampla do conflito com o Ocidente, o que vai muito além da guerra na Ucrânia, a perspectiva da Rússia é de empobrecimento a perder de vista.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49837>

A função do lucro da Petrobras (Editorial)

O lucro de R\$ 106,6 bilhões alcançado pela Petrobras em 2021, o maior de sua história, é resultado da combinação de gestão empresarial e circunstâncias internacionais e locais muito favoráveis.

Haverá, decerto, quem, como têm feito o presidente Jair Bolsonaro e o petista Lula da Silva, acuse a empresa de lucrar muito, sem que sua administração demonstre "viés social". Mas essa questão já foi superada com a resposta do presidente da empresa, general da reserva Joaquim Silva e Luna - escolhido pessoalmente por Bolsonaro -, que definiu seu papel à frente da Petrobras como o de assegurar que ela alcance os melhores resultados para seus acionistas, o maior dos quais é a própria União, e para a economia brasileira; já política social, propriamente dita, é tarefa do governo.

A adoção, em 2016, de métodos gerenciais voltados para a busca de eficiência, redução da dívida, venda de ativos não mais considerados estratégicos - entre os quais refinarias - e concentração em atividades típicas, como exploração e produção de petróleo, já vinha assegurando resultados crescentes à Petrobras.

A alta do petróleo no ano passado - que o conflito na Ucrânia acentuou nos últimos dias - se somou a medidas de gestão, numa combinação muito favorável para a empresa.

A cotação do petróleo de tipo Brent, combinada com a alta do dólar, resultou no aumento de 77% no preço do barril em reais no ano passado. É aí - e não na alegada ganância da Petrobras ou na insensibilidade de seus dirigentes nem na incidência de **tributos** - que está a fonte do extraordinário aumento da gasolina.

Os resultados operacionais e financeiros de 2021 mostram a recuperação da Petrobras, cujo uso populista pelos governos lulopetistas havia lhe imposto pesadas perdas e aumento exponencial da dívida. É com resultados como os que vem apresentando que a empresa pode desempenhar seu papel social, disse, corretamente, o presidente da Petrobras. Sendo "forte e saudável", ela é "capaz de crescer, investir, gerar empregos, pagar **tributos**, retornar dividendos aos acionistas, incluindo a União, e contribuir efetivamente para o desenvolvimento do País", completou Silva e Luna.

Entre **tributos** e dividendos, a Petrobras repassou cerca de R\$ 230 bilhões no ano passado. Com os resultados consolidados de 2021, a empresa vai

distribuir R\$ 101,4 bilhões em dividendos; desse valor, a maior acionista da companhia, a União, receberá R\$ 38,1 bilhões. É dinheiro que engorda o caixa do Tesouro Nacional. Se bem aplicado - o que não é nada garantido neste governo marcado por incompetência e incapacidade de planejar, além de má gestão dos recursos financeiros -, poderia sustentar políticas públicas muito importantes, inclusive na área social.

Do ponto de vista econômico-financeiro, outro resultado expressivo da Petrobras foi o aumento de sua capacidade de geração de receita combinada com a redução expressiva da dívida. No ano passado, a relação entre a dívida e o indicador que mede a geração de lucros antes dos **impostos** e da depreciação (conhecido como Ebtida) ficou em 1,1. No final da gestão lulopetista, era superior a 3.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Como abrir o Brasil ao exterior?

JOÃO SORIMA NETO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Estrangeiro ficará livre de IR para títulos privados

GERALDADOCA *gefalda@bsb.oglobo.com.br* BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Efeitos da guerra chegarão à mesa e ao bolso de brasileiros

A guerra no Leste Europeu custará caro para a população de todo o mundo e, em breve, seu impacto será sentido no Brasil. As cotações dos principais grãos consumidos no planeta, como soja, arroz, milho, trigo e café, tiveram forte arrancada nos mercados externos e serão repassadas aos consumidores. "Não haverá escapatória", diz o economista Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos. A pressão está por todos os lados, pois, além da alta dos fertilizantes, que impacta a produção agrícola, também o barril do petróleo aponta para cima e já passa dos US\$ 104. A previsão é de que, com o prolongamento dos conflitos entre a Rússia e a Ucrânia, chegue a US\$ 130, o que obrigará a Petrobras a repassar o aumento de custos às bombas dos postos. O resultado será mais **inflação**, aumento de juros e desaceleração da economia.

Preços da comida em disparada



ROSANA HESSEL

A guerra na gelada Ucrânia parece distante do cotidiano aquecido dos trópicos, mas os brasileiros começarão, em breve, a sentir na mesa e no bolso as consequências das aventuras megalomânicas do presidente da Rússia, Vladimir Putin, no Leste Europeu.

Os preços do pãozinho, do macarrão, da carne e de muitos outros produtos alimentares, além da gasolina, devem ficar cada vez mais indigestos. Isso porque não é só o barril do petróleo que está voltando a patamares que pareciam ter ficado no passado, afetando os custos do frete e da energia. A consequência disso será mais **inflação**, que, no Brasil, está rodando na casa dos 10% ao ano.

Enquanto os tanques russos rumavam para Kiev, o petróleo disparava e o trigo, do qual o Brasil é extremamente dependente, chegou ao maior patamar em quase 14 anos. Os contratos futuros de trigo na Bolsa de Chicago, nos Estados Unidos, foram negociados, ontem, a US\$ 9,84 por bushel (medida equivalente a 27,2 quilos), o preço mais alto desde abril de 2008, em meio aos temores dos comerciantes de interrupções prolongadas no fornecimento global de um dos principais produtos exportados pela Ucrânia. O milho registrou o maior patamar dos últimos 10 meses, com o mercado enfrentando a interrupção dos embarques do cereal na Ucrânia bem como o risco de que um conflito mais prolongado possa prejudicar os plantios de primavera no Hemisfério Norte.

Os contratos futuros do petróleo tipo Brent, negociado em Londres, encerraram o pregão cotados a US\$ 104,97, com alta de 7,15% em relação à véspera, puxados pela guerra e pelo anúncio da Agência Internacional de Energia (AIE) de que serão liberados 60 milhões de barris dos estoques do produto.

Analistas lembram que as pressões inflacionárias não partem apenas dessas commodities. Os fertilizantes também devem ficar mais caros aqui, pois o agronegócio brasileiro importa grande parte desse insumo de Belarus e da Rússia. Em entrevista ao Correio publicada ontem, o embaixador da Belarus no Brasil, Sergey Lukashevich, admitiu que os embarques de matérias-primas para a produção de adubos já estão sendo impactados. O potássio bielorruso responde por 20% das demandas brasileiras pelo produto, segundo ele. "É agora impossível de ser entregue aos consumidores brasileiros porque a Lituânia, nosso vizinho, proibiu o trânsito do nosso potássio para o Brasil", disse.

Com isso, a tendência é de alta nos preços das commodities agrícolas não apenas no mercado externo. Logo, além do petróleo e do trigo, a soja e o milho ? utilizadas na produção da ração animal ?, o café e até o minério de ferro dispararam diante da expectativa de queda na oferta em geral se a guerra se prolongar.

Incertezas

Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos, lembrou que as incertezas para o mercado brasileiro neste ano já eram elevadas, com perspectivas de pressões no câmbio e muita oscilação na Bolsa de Valores, devido às eleições presidenciais de outubro, e com a perspectiva de alta dos juros nos países desenvolvidos. Agora, com a guerra na Ucrânia e Putin anunciando que pode acionar as armas nucleares, a tensão aumentou, o que será ruim para os mercados emergentes, que verão o dólar subir com os preços das commodities.

"Antes, essa possibilidade não era considerada e, a partir de agora, haverá uma inversão massiva do fluxo de capitais, deixando as economias emergentes em direção a mercados mais seguros. O Brasil pode até continuar tendo momentos de exceção positiva, mas com limitadores de alta", alertou Cruz. Segundo ele, os brasileiros vão sentir no bolso o impacto dessa incerteza maior nos mercados, porque a **inflação** continuará generalizada.

"A dona Maria e o seu João vão sentir o pãozinho mais caro nos próximos meses, porque o trigo está subindo direto e o petróleo, que é a base de quase tudo que é transportado no país, também", alertou o economista. No entender dele, diante da nova escalada dos preços, o Banco Central seguirá elevando a taxa

básica de juros (Selic), atualmente, em 10,75% ao ano, até 12,25%. "A tendência é de pressão na **inflação**, e o BC não vai conseguir cortar os juros neste ano. A Selic ficará alta por mais tempo", afirmou.

Newton Rosa, economista-chefe da SulAmérica Investimentos, disse que, diante dessa guerra, o barril do petróleo poderá romper a barreira dos US\$ 130. Neste ano, a alta do barril já passa de 30%.

CONFLITO EM NÚMEROS

US\$ 104,97

Cotação do barril do petróleo tipo Brent no fechamento de ontem

US\$ 9,84

Valor do bushel do trigo negociado em Chicago, o maior desde abril de 2008

1,76%

Queda do Índice Dow Jones, um dos principais indicadores da Bolsa de Nova York

0,03%

Variação do EWZ, indicador das empresas brasileiras em Wall Street

Guerra invade a pauta do Congresso



TAÍSA MEDEIROS

Com o fim do feriado de carnaval, deputados e senadores retomam os trabalhos no Congresso Nacional, com foco na aprovação de projetos que auxiliem na diminuição dos impactos que a guerra na Ucrânia poderá causar aos brasileiros. Novas prioridades começam a ser discutidas nos bastidores. O deputado federal e líder da bancada petista na Câmara, Reginaldo Lopes (PT-MG) resumiu a discussão das pautas pós-carnaval em um grande objetivo: "paz".

"A maior preocupação é em relação à posição errática do governo de Jair Bolsonaro (PL), que já está causando prejuízos à imagem do Brasil e poderá acarretar mais danos no futuro, do ponto de vista das relações comerciais. O Brasil está destruindo a sua imagem diplomática, e a diplomacia sempre foi uma pauta importante. Quem ama ditadores e está totalmente isolado no mundo é Bolsonaro", afirmou o parlamentar.

Lopes enviou ao Ministério das Relações Exteriores um requerimento no qual pede que a pasta reconheça que o presidente mentiu em relação à conversa com o presidente russo Vladimir Putin no último domingo (27/2). Em entrevista, Bolsonaro comentou que teria ficado duas horas ao telefone com Putin. Horas depois, o Itamaraty afirmou que essa conversa não existiu, e que Bolsonaro se referia ao encontro presencial que tiveram no início deste mês.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) definiu como "infeliz" o conjunto de declarações de Bolsonaro relacionadas à Ucrânia. Ele lamenta, especialmente, a crítica ao presidente Volodymyr Zelensky, pelo fato de ter sido comediante antes de assumir o governo do país europeu. "Ele (Zelensky) tem ido muito bem, e tem mostrado uma grande liderança", avaliou.

Por outro lado, o parlamentar acredita que a diplomacia brasileira tem conduzido a questão de maneira equilibrada. "O Itamaraty tem colocado a coisa com mais profissionalismo. A gente precisa realmente estar atento aos impactos disso. Na prática, não impactará só o preço dos combustíveis. A guerra prejudica todo mundo, ninguém ganha com isso", ponderou o senador tucano.

Ao avaliar o momento político sob a perspectiva da guerra na Ucrânia, o deputado federal Luis Miranda (União Brasil-DF) acredita que a oposição a Bolsonaro irá polarizar a "falta de posicionamento dele contra a Guerra". No entanto, o parlamentar acredita que haverá quem concorde com o presidente na defesa da imparcialidade pelo fato de o Brasil ser membro do Brics - bloco econômico composto ainda por Rússia, Índia, China e África do Sul.

"Se a guerra não acabar até a próxima semana, certamente essa será a pauta [no Congresso]", aposta o deputado, que é presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Brics. "Irei exigir dos demais países do bloco que a Rússia seja excluída. Não podemos, em pleno século XXI, aceitar uma guerra nessas proporções", opinou Miranda.

Opinião pública

O parlamentar acredita que os temas relacionados aos impactos da guerra deverão ser pautados muito em breve. "É da característica do Congresso, os parlamentares tendem a votar temas polêmicos quando a opinião pública está sensibilizada. Haverá impactos no agronegócio, inclusive com o cancelamento dos envios de fertilizantes para o Brasil. É o que mais assusta. A Rússia também é um grande produtor de milho e trigo, certamente esses produtos terão uma alta histórica", avaliou, ressaltando que terá de haver uma construção "para proteger o agro".

A defesa da produção agrícola nacional é a principal bandeira também levantada pelo senador Lasier Martins (Podemos-RS). Ele lembrou que a Região Sul ocupa posição estratégica na oferta de produtos agrícolas, com lavouras que se estendem por mais de nove milhões de hectares, e 90% dessa área voltada à produção de grãos.

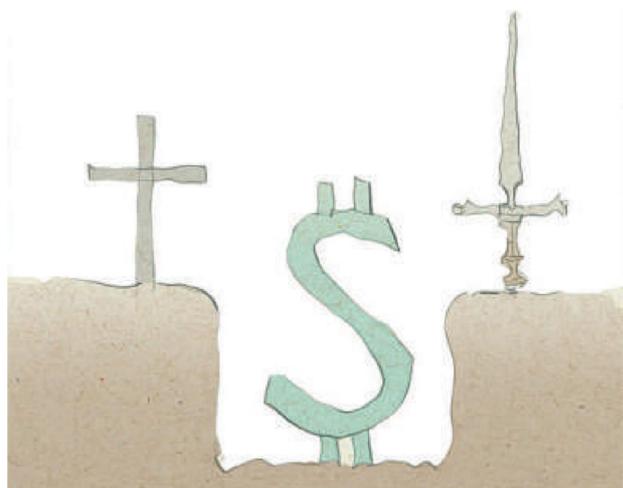
O Brasil adquire no exterior aproximadamente 85% do volume de fertilizantes aplicado anualmente nas lavouras, sendo a Rússia uma das principais

exportadoras do insumo: em janeiro, respondeu por 30,1% dos adubos e fertilizantes que entraram em território nacional, segundo informações do Ministério da Economia.

"É a hora que o Ministério da Agricultura deve se pronunciar, assim como o das Relações Exteriores. Caberá aos ministros avaliarem de quem comprar", defendeu o senador, que irá propor uma audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado para que novos países produtores do insumo sejam apontados.

Outro ponto de atenção será a questão dos combustíveis. O senador defende que a proposta relatada por Jean Paul Prates (PT-RN) avance na Casa. "Cresceu a importância sobre os combustíveis. Temos que discutir e levar para votação. Já teve discussão suficiente, tudo que deveria ser argumentado já foi. Minha posição, quando tiver a próxima sessão, é que ponha em votação. O consumidor é que não pode continuar sofrendo. A **inflação** vai aumentar agora por conta da guerra", observou.

Economia brasileira entre a cruz e a espada (Artigo)



Sacha Calmon

Rosana Hessel em excelente análise nos diz: "Após 27 anos do lançamento do Plano Real, quem pensava que o dragão inflacionário estava dominado se enganou completamente. Em 2021, a alta do custo de vida voltou para a casa dos dois dígitos, pela primeira vez desde fevereiro de 2016. E, de acordo com especialistas, não será fácil fazer o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IP-CA), que mede a **inflação** oficial, voltar ao controle neste ano".

OIPCA registrou alta de 10,74% no acumulado em 12 meses até novembro. A prévia da **inflação** oficial, o IPCA 15, encerrou dezembro em 10,42%. Com isso, o Brasil tem a terceira maior **inflação** entre os países do G20 -grupo das 19 maiores economias desenvolvidas e emergentes. A Argentina lidera o ranking com a carestia acumulando alta de 51,2% em 12 meses. A Turquia, em segundo lugar, registra **inflação** de 21,3%. O governo Bolsonaro é responsável por esse descontrole, em que pese ter feito poucos investimentos na infraestrutura, saúde e educação.

Os maiores vilões da **inflação** brasileira no ano passado foram os combustíveis, que podem continuar pressionando os preços em 2022, pois o dólar continuará em torno de R\$ 5,60, segundo previsões do mercado. Pelas projeções dos especialistas ouvidos pela reportagem, o IPCA continuará em dois dígitos até abril ou maio, devido à série de reajustes de preços que normalmente ocorrem no início de cada ano e à indexação elevada da economia.

Para Alex Agostini, economista-chefe da Austin

Rating, "o BC não conseguirá cumprir a meta sem elevar muito os juros e levar o país a uma nova recessão". Pelas estimativas do mercado apontadas no boletim Focus do Banco Central, em 2022, o Produto Interno Bruto (**PIB**) deverá crescer 0,48%, mas grandes bancos, como Credit Suisse e Itaú Unibanco, não descartam queda de 0,5%.

Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor do BC e economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), acredita que o IPCA, em 2022, deverá ficar entre 5,5% e 6%, mas não descarta um percentual maior. "O juro real tende a ficar acima de 6%, o que vai ser bastante desafiador para a economia crescer".

A economista-chefe do Credit Suisse no Brasil, Solange Srouf, prevê queda de 0,5% no **PIB** e **inflação** de 6% neste ano. Ela faz um alerta para a inércia inflacionária devido, principalmente, à deterioração na área fiscal. "Mesmo com a desaceleração da economia, será difícil para a **inflação** retroceder em 2022", frisa. A economista não poupa críticas ao abandono da âncora fiscal após a mudança no cálculo do teto de gastos, que foi ampliado em mais de R\$ 60 bilhões. Agora, diz, será um "desafio enorme" para o governo recuperar o discurso da consolidação fiscal em pleno ano de eleições, que tudo indica perdurará.

Como as indústrias são os maiores consumidores de energia, a difusão é elevada e a **inflação**, persistente", alerta o economista André Braz, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

Segundo dados do IBGE, o preço da gasolina disparou 50,78% em 12 meses e o do etanol, 69,40%. A energia elétrica subiu 31,87% no mesmo período. Esses números mostram que a **inflação** de 2021 é mais reflexo da alta dos preços administrados do que do aumento da demanda."

Tem muito preço que será orientado pela **inflação** de 2021, como mensalidades escolares, salários, contratos de locação, que devem dificultar uma desaceleração da **inflação** para a meta", afirma Braz. Essa conta, inclui, ainda, aumento nas passagens de ônibus urbanos.

"O único alento é que o volume de chuvas recente pode fazer o preço da energia recuar a partir de maio, quando está prevista a mudança do patamar da bandeira tarifária. Mas, como a energia é custo para o setor de serviços, e com os juros em alta, o ambiente de incerteza não deverá atrair muito investimento", destaca o especialista da FGV. Para ele, a alta dos juros nos Estados Unidos também ajudará na saída de investimentos de mercados emergentes, como o Brasil.

Em suma, o governo Bolsonaro, além de ser decepcionante em termos de desenvolvimento econômico e ascensão social da imensa população que vive com até cinco salários mínimos, introduziu na política uma praga que não tínhamos, o ódio aos adversários, a transformar a política em confrontos quase militares, além de atingi-los com calúnias e difamações agressivas.

Nada de bom podemos esperar em 2022 nem depois (carryover) ou seja a projeção de detritos e sujeiras deste governo, após as eleições, para 2023. Devemos pensar em fluxos e não em fatos (que só mostram o retrato do aqui e do agora!).

Sempre fomos o país do futuro, mas sempre crescemos, mais ou menos. Agora não, estamos como "rabo de cavalo". Sim, crescemos mais para baixo. Em 2022 a economia (**PIB** bruto) voltará a 2014. Haja incompetência...

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Guerra da Ucrânia petróleo tem maior alta em 7 anos

JOÃO SORIMA NETO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Inflação no Brasil pode chegar a 6% "

JOÃO SORIMA NETO *joao.sorima@sp.oglobo.com.br*
SÃO PAULO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

FMI e Banco Mundial se mobilizam para oferecer empréstimo bilionário

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187152?page=14§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187152?page=14§ion=1

Governo planeja "benesses em série em meio a incertezas

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187152?page=14§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187152?page=14§ion=1

PIB deve ter crescido 4,5% em 2021 com ritmo em alta no fim do ano

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187152?page=14§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187152?page=14§ion=1

Rússia e Brasil são decepção, diz O'Neill

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187152?page=14§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187152?page=14§ion=1

Juros e commodities amparam ativo local

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187152?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187152?page=1§ion=1

Pontes entra na lista de ministros que deixarão governo

BRUNO ROSA bruno.rosa@oglobo.com.br **BARCELONA**
(O repórter viajou a convite da Huawei)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>